



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



Processo administrativo nº 327.2026.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33.2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa – aberto

DATA: 14.07.2026 – aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis – terça-feira.

HORÁRIO: 08:30h – oito horas e trinta minutos – Horário de Brasília – DF

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS POR DOZE MESES.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 3.964/2024 (https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=NDQzMTA0) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

LOCAL E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sessão pública, por meio da *internet*, através do site <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, realização da licitação na modalidade PREGÃO de forma ELETRÔNICA.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 205.884,44 – DUZENTOS E CINCO MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS.

O público poderá acompanhar ao vivo a sala de disputa através do mesmo endereço eletrônico, clicando em:

03. Público – 03.01. Licitação Eletrônica – clicar na licitação em andamento – Sala de Disputa

EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no Setor de Licitações, situado no endereço que consta no cabeçalho deste.

O Edital também disponível no campo próprio no sistema no site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>

Aramina, 17.06.2026

FÁBIO LIMA DONZELLI
Assessor Executivo

LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
Prefeito



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS POR DOZE MESES.

LOCAL: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>

01. DO PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE ARAMINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de ARAMINA, Estado de São Paulo, na RUA DOUTOR BRÁULIO DE ANDRADE JUNQUEIRA, 795 – CENTRO – ARAMINA – SP – CEP: 14.550-000, telefone (16) 3752-7000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.323.474/0001-02, por determinação do prefeito LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE, torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **PREGÃO – ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS POR DOZE MESES**.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

2.2. Caso o ramo de atividade no seu ato constitutivo não seja pertinente ao objeto da contratação, e/ou incompleto, a empresa não será credenciada por não atender as condições de credenciamento.

2.3. Não poderão disputar esta licitação:

2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



2.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2. e 3.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens **2.3.2. e 2.3.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.10. A vedação de que trata o **item 2.4.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. DA CONSULTA DE SANÇÕES IMPEDITIVAS:

2.12. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) APENADOS TCES - <http://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>

b) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>:

c) CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração, em todas as esferas e nos três Poderes: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

d) CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) - https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php , <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

e) CNEP (Cadastro Nacional de empresas punidas) <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

2.13. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante como inabilitado, por falta de condição de participação, respeitando o preceituado na Súmula 51 do TCE/SP.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

3.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico:

<https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/> e/ou através dos vídeos explicativos abaixo:

Solicitação de Chave de Acesso-<https://youtu.be/Godz7U-9DI4>

Alterar Credenciais de Acesso-https://youtu.be/8Ag_eSI-Usl

CREDENCIAMENTO-https://youtu.be/uHUSOO2_zJE

LANÇAR PROPOSTA-<https://youtu.be/bBAGtmqvBns>

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO-<https://youtu.be/DyrQkv-EKwo>

SALA DE DISPUTA E CHAT-<https://youtu.be/iD3PYww1-fk>

SALA DE DISPUTA (VOLTAR LANCE)-<https://youtu.be/m98d4Ebv4o>

NEGOCIAR ITEM-<https://youtu.be/qYiWTJy4BAc>

SALA DE DISPUTA-DESEMPATAR LANCE-<https://youtu.be/2fwh6d4RePE>

SALA DE DISPUTA – INTENÇÃO DE RECURSO-<https://youtu.be/7EN2Bw9-BK4>

RECURSO E CONTRARRAZÕES-<https://youtu.be/0b3HFrYHAcS>

3.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento acima citados, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

4. PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/LANCES:

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no sítio: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

4.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional Bolsa Nacional de Compras, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



4.5. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorrida 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.7. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.8. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/> ou www.aramina.sp.gov.br, link licitações, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, a partir da liberação do edital, até o horário estabelecido neste edital.

5.2. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.3. As propostas encaminhadas terão prazo de **validade de 60 (sessenta) dias** consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

5.4. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

5.5. O objeto ofertado deverá atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

5.6. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **menor valor unitário**.

5.7. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com apenas duas casas decimais (0,00)**.

5.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

5.9. A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema.

5.10. No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a **MARCA DO PRODUTO**, contido no termo de referência, sob pena de desclassificação.

5.11. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações de marca e inserir a ficha técnica, sempre que solicitadas pelo pregoeiro quando do cadastramento do edital na plataforma, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.

5.12. O licitante deverá informar a descrição completa do objeto ofertado; a não inserção das especificações, implicará na



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para análise e classificação da proposta;

5.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o encerramento do cadastro de propostas.

5.14. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o julgamento da proposta.

5.15. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.16. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.17. Verificar a condição da empresa, caso ela seja ME/EPP, e informar em campo próprio da plataforma.

5.18. O licitante que não informar sua condição, antes do envio das propostas, perderá o direito ao tratamento diferenciado.

5.19. Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

5.20. Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa.

6. ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES

6.1. A partir do horário previsto no edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preços e da documentação de habilitação, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.3. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

6.4. Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

6.8. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

6.9. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



7. DA DISPUTA:

7.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de Disputa, de acordo com o estabelecido no portal:

I - Aberto. Com lances com redução mínima de **1%** em relação ao menor lance.

7.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.7. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI.

7.8. O sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **“MENOR PREÇO UNITÁRIO”**.

8.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.4. Fica estabelecido o prazo de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

8.5. Encerrada a negociação, quando se tratar de critério de julgamento menor preço global ou licitação por lote, caberá ao licitante detentor de melhor oferta **entregar a proposta readequada** por meio de e-mail: licitacao@aramina.sp.gov.br dentro do prazo de até **03 (três) dias úteis**, sob pena de inabilitação, para a devida juntada aos autos licitatórios. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

8.6. As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento;

8.7. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei n.º 14.133/21**. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas neste Edital.

8.8. Será desclassificada a proposta que:

8.8.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.8.2. A apresentar preço baseado em outras propostas, inclusive como oferecimento de redução sobre a de menor valor;

8.8.3. Apresentar preços excessivos, considerando os valores estimados.

8.8.4. Ofertar proposta de preços com valor diferente do preço informado na proposta comercial;

8.8.5. Não apresentarem marca e modelo para todos os itens cotados, quando for o caso;

8.8.6. Não se enquadrarem com microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.

8.9. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos EDITAL, a contada convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

8.10. A inobservância aos prazos elencados no EDITAL, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

8.11. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.12. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

8.13. O Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço;

8.14. Quando se tratar de critério de julgamento por lote ou menor preço global, havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados (valores unitários finais acima de qualquer dos valores propostos ou acima dos valores unitários estimados).

8.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço serão analisados os documentos de habilitação.

8.16. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

9. HABILITAÇÃO:

9.1. Todos os documentos relativos à habilitação dos licitantes deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada por meio eletrônico, concomitantemente com a proposta de preços inicial, até a abertura da sessão pública, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), preferencialmente no formato (extensões) "pdf", observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma por meio do site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, sob pena de inabilitação se assim o licitante não proceder.

9.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.3. Ficará franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de **30 (trinta) minutos**, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

9.4. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.5. Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante do **item 9.1.** deverão ser relacionados e apresentados **apenas caso o pregoeiro solicite** e serão entregues no Paço Municipal de Aramina, no endereço que consta no preâmbulo deste Edital em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.6. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

9.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando o envio de documentos originais e cópias autenticadas e m papel.

9.8. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.9. A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

10.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária ou cooperativa;

10.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.5. Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

11.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

11.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014;

b) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013 (ou outro ato que vier substituí-la) ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;

11.4. Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014;

11.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

11.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.7. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de **eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**;

11.10. a não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 11.9**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções legais, **procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório**.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física.

12.2. Caso o participante deste certame esteja em recuperação judicial, deverá apresentar, durante a fase de habilitação, o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

13. OUTRAS COMPROVAÇÕES

13.1. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **Anexo VIII**;

13.2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo apresentado no **Anexo III** deste edital;



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



13.3. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando o pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo apresentado no **Anexo IV** deste edital;

13.4. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, informando os dados do responsável pela assinatura do contrato, conforme modelo apresentado no **Anexo IX** deste edital;

13.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

13.6. Eventuais erros e/ou vícios sanáveis, tais como: falta de assinatura; falta da declaração; poderão ser saneadas no ato do pregão, desde que o representante possua poderes para tanto, e que não seja erro e/ou vícios substanciais que possa gerar dúvidas e/ou conflito de intenções.

14. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

14.1. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração máxima de 30 minutos.

14.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido neste edital, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

14.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

14.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei Federal 14.133/2021.

14.6. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

14.7. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances no valor correspondente a 0,5% (meio por cento), aplicável inclusive em relação ao primeiro.

14.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

14.9. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa,



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

14.10. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

14.11. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação.

14.12. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata **o subitem 8**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

14.13. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, ou, na falta desta, com base na classificação, com vistas à redução do preço.

14.14. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

14.15. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

14.16. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta e habilitação.

14.17. A qualquer momento, o agente de contratação poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat.

14.18. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

14.19. Será declarada vencedora a licitante que, na etapa de lances, apresentar o MENOR VALOR POR ITEM.

15. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

15.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão;

15.3. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciada na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema.

15.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso, pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser, realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



15.6. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

16.1. A entrega/início da prestação dos serviços dar-se-á em até **cinco dias**, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.

17. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

17.1. Fica determinado pela Secretaria Requisitante servidor designado para acompanhar o recebimento e verificação do produto se atende ao descritivo do Termo Referencial, na forma da **Portaria n. 4.411.2026**.

17.2. A fiscalização será realizada observadas as condições estabelecidas no contrato, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo VII** deste Edital.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a PREFEITURA, finalizada a medição dos serviços, a respectiva nota fiscal-eletrônica/fatura.

18.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do aceite da nota fiscal- eletrônica/fatura.

18.3. A nota fiscal-eletrônica/fatura **que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal-eletrônica/fatura, sem incorreções.**

18.4. O pagamento será efetuado por meio transferência bancária em nome da contratada, conforme o número da Conta Corrente, Banco e Agência previamente informados pela contratada para os pagamentos.

18.5. O preço ofertado permanecerá fixo e poderão ser reajustados, desde que cumpridos os pressupostos paratanto, nos casos previstos em lei.

19. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

c) não enviar a proposta adequada ao Último lance ofertado ou após a negociação;

d) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



- e) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- f) deixar de apresentar amostra, se for o caso;
- g) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- h) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;
- i) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- j) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- k) fraudar a licitação;
- l) comportar-se de modo inidoneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- m) agir em conluio ou em desconformidade com a lei; n) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- o) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- p) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- q) praticar ato lesivo previsto no art. 50 da Lei nº 12.846/2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4. A multa será de acordo com o Capítulo XXII - DAS SANÇÕES, do Decreto Municipal nº 3.964/2024.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de prego, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará as penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



19.8. A apuração de responsabilidade relacionadas as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

19.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico da concorrência ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

20.3. A resposta a impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico da concorrência, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior a data da abertura do certame.

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo agente de contratação.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, afinalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-6 o dia do início e Incluir- se-e o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais pegas que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na Inteira, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial www.aramina.sp.gov.br e na plataforma eletrônico da concorrência.

22.11. Integram o presente edital:

- a) Anexo I – **Termo Referencial;**
- b) Anexo II – Modelo de proposta de preços;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de idoneidade, concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos, regularidade perante o Ministério do Trabalho e outros à participação;
- d) Anexo IV – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- e) Anexo V – Minuta de credenciamento;
- f) Anexo VI – Declaração para fins da Lei Complementar n.123/2006;
- g) Anexo VII – Minuta contratual;
- h) Anexo VIII – Declaração perante o Ministério do Trabalho;
- i) Anexo IX – Dados do responsável pela assinatura do contrato.
- j) Anexo X – Minuta da ata de registro de preços.

23.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Igarapava, do Estado de São Paulo.

Aramina, 17.06.2026.

FÁBIO LIMA DONZELLI
Assessor Executivo

LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
Prefeito



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS POR DOZE MESES.

Os qualitativos, quantitativos e demais requisitos para a participação, estão no termo anexo a este edital.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: *****

DADOS DO LICITANTE

Denominação:

Endereço:

CEP: Fone: Fax: E-mail:

CNPJ:

Banco, Agência e Conta Corrente na qual a Prefeitura Municipal de Aramina deverá efetuar os pagamentos via crédito conta corrente:

Observação: A apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1						

OBS: Nos preços cotados acima já estão incluídas vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos, ferramentas e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Validade da proposta: (mínimo de 60 dias).

Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Aramina- SP, XX de XXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do representante legal
Nome do representante legal:
RG do representante



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E OUTROS À PARTICIPAÇÃO.

[em papel timbrado da Empresa]
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. XXX/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: *****

Eu (*nome completo*), representante legal da empresa (*nome da pessoa jurídica*), interessada em participar do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/20__**, realizado pela **Prefeitura Municipal de Aramina**, declaramos, para os devidos fins de direito, sob as penalidades cabíveis, o quanto segue:

- 1) Que até a presente data, não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, nem foi condenada judicialmente nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não subsistindo a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação na PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, inexistindo também qualquer fato impeditivo de contratar com a Administração Pública Municipal, conforme previstos na legislação de regência;
- 2) Que examinamos criteriosamente os documentos deste Edital, temos pleno conhecimento e estamos de acordo com todos os termos do edital, e julgamos suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos;
- 3) Que inexiste no quadro da empresa sócios e/ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de ARAMINA, nos cargos de direção, chefia ou que exerçam função gratificada mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;
- 4) Que cumprimos com o disposto no Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 5) Que cumprimos com o disposto no Artigo 117, da Constituição Estadual, e no Artigo 7º, Inciso XXII, da Constituição Federal, que trata da saúde, higiene e segurança do trabalho;
- 6) Que, nos termos do parágrafo 6º do artigo 27 da Lei Estadual n.º 6.544 de 22/11/1989; e do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- 7) Que cumprimos com o disposto no Artigo 117, da Constituição Estadual, e no Artigo 7º, Inciso XXII, da Constituição Federal, que trata da saúde, higiene e segurança do trabalho;
- 8) Que, nos termos do Artigo 63, IV, § 1º, da Lei 14.133, de 01/04/2021, a proposta econômica apresentada já compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- 9) Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10) E, por fim, que, nos termos do artigo 1º, da Lei n.º 10.218, de 12 de fevereiro de 1999, não possuímos diretor, gerente ou empregado que tenham sido condenados por crime ou contravenção, em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade, ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, e, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

[local] XXXX de XXXX de 2026.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20__

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20__

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: *****

A (nome da licitante), por seu representante legal (documento em anexo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, com sede na XXXXX, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

Sendo a expressão da verdade, subscrevemo-nos.

Nome do licitante e representante legal



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO V – MINUTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20__

PROCESSO LICITATÓRIO NºXXX/20__

OBJETO: *****.

A (nome do licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede na xxxxx, por seu representante legal, **Sr.....** (nome e qualificação), CPF/MF nº....., RG nº xxxxx (documentos anexos), credencia como seu representante o **Sr.....** (nome e qualificação), CPF/MF nº....., RG nº xxxxx (documentos anexos), para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formulação de proposta e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, na sessão única de julgamento, inclusive poderes para assinatura contratual, nos termos do art. 12, I, da Lei nº 14.133/2021, e nos Artigos 653 e 691, do Código Civil.

Local e data.

Nome do representante legal



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DA LEI COMPLEMENTAR N.123/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20__

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20__

OBJETO: *****

“DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE”

(nome / razão social) xxxx, inscrita no CNPJ nº. XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) xxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx e do CPF nº. xxxxxxxx, **DECLARA**, para fins do disposto na Lei Complementar n. 123 / 2006 e no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/20__**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser xxxxxxxx (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

Local e data.

Nome do representante legal

Obs. A falsidade da declaração prestada nos moldes do item acima, objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa consistente na aplicação de multa, no importe de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta apresentada, bem como na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

(Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021)

CONTRATO Nº. XXX/20__

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE E A EMPRESA *****

Por esse instrumento de Contrato que entre si fazem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA, Estado de São Paulo, com sede na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP – CEP: 14550-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.323.474/0001-02, neste ato representado pelo prefeito LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE, residente e domiciliado em Aramina/SP, doravante denominada CONTRATANTE**, e de outro lado a **empresa ******* e neste ato representada por **seu representante legal infra-assinado**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no processo epigrafado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº. 3.964 de 03 de janeiro de 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO(art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a *********, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Estudo Técnico Preliminar;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de DOZE MESES contados do(a) data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Aos gestores caberão:

3.1.1. Gerenciar as atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



3.2. Aos fiscais caberão:

3.2.1. Acompanhar o efetivo cumprimento do objeto contratado e auxiliar o gestor com informações que possibilitem a tomada de decisão e validação do ateste da execução do objeto contratado.

3.3. Todas as ocorrências verificadas na execução do contrato devem ser registradas durante toda a vigência contratual, cabendo aos gestores e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições previstas no instrumento contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3.4. O fiscal poderá realizar suas atividades por amostragem, desde que estabelecida, em processo próprio, a metodologia para o estabelecimento da amostra. As decisões e providências que ultrapassem a atribuição do gestor/fiscal devem ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

4. CLÁUSULA QUARTA-SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, Ve VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da contratação é de R\$***** , perfazendo o valor total de R\$*****.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC pelo critério pro-rata die de correção monetária.

5.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3.3. O setor competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.3.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art.92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.7.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 DIAS ÚTEIS para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração de forma remota para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art.137,II);

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios edanos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato junto com as notas fiscais, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução do objeto.

8.1.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



8.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado:

9.7.1. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.7.2. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art.92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual na execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv. Multa:

Conforme Capítulo XXII do Decreto Municipal 3.964/2024.

11.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art.92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:*****

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Igarapava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Aramina, xx de xxxxx de 20__.

LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
PREFEITO
CONTRATANTE



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____ - CPF: _____

2- _____ - CPF: _____



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃODADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAMINA/SP.

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): /20__.

OBJETO: *****

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP — CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

_____/SP, ____ de _____ de 20__.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: *****

Cargo: *****

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) – O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795

Centro - Aramina – Estado de São Paulo

www.aramina.sp.gov.br



responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO VIII – DECLARAÇÃO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20__

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20__

OBJETO: *****

(nome/razão social), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., Inscrição Estadual nº.....e Inscrição Municipal nº....., **DECLARA**, para os devidos fins de direito, que a proponente não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, ainda, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Aramina- SP, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 20__.

Assinatura do representante legal

Nome do representante:

RG do representante:



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO IX – DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA CONTRATUAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20__

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20__

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: *****

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade/Município:	UF:
DDD:	Telefone:	Celular:	CEP:
Endereço Eletrônico:			
Responsável pela Assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços (se sócio nos termos do contrato social) ou seu Representante Legal através de Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida:			
Nome:			
RG nº:		Órgão Expedidor:	CPF nº
Data Nasc:		E-mail Institucional:	
E-mail Pessoal:			
Estado Civil:		Profissão:	
End. Residencial Completo:			
Bairro:			
Cidade:		UF:	CEP:
Qualificação:() Sócio:cargo/função () Representante Legal:			
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA (PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE)			
Banco:			
Agência:			
Número da conta:			

OBSERVAÇÕES:

O responsável pela assinatura deverá ser representante legal da empresa e ter plenos poderes para assinatura do instrumento contratual. Tratando-se de procurador, seu nome deverá constar em procuração lavrada por instrumento público ou particular, da qual constem **poderes para assinar o instrumento contratual**, acompanhada do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO X

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. XXX/20__

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. XXX/__

PREGÃO PRESENCIAL Nº. XXX/20__

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/20__

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA**, estabelecida na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP – CEP: 14.550-000, inscrita no CNPJ: 45.323.474/0001-02, neste ato representado pelo prefeito, e a empresa, CNPJ:, com sede no endereço, telefone: (xx), neste ato representada por seu procurador que a esta subscreve, resolvem nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 bem como da e suas alterações e em conformidade com o resultado do procedimento em epígrafe, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventual fornecimento dos objetos a seguir:

OBJETO: *****

Item e descrição, unidade, marcas e quantidades:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
1.

O prazo de validade desta ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogáveis por igual período mediante apuração da vantajosidade. Em sendo cabível a prorrogação, o saldo das quantidades registradas será renovado.

Todas as especificações técnicas constantes no procedimento licitatório, assim como todos os seus termos do Edital, integram esta ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

Aramina, XX de XXXXXX de 20__.

Prefeito
Órgão Gerenciador

Representante legal da Detentora

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAMINA

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): XX/20__

OBJETO: *****

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Aramina, xx de xxxx de 20__.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:-

Nome: LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
Cargo: PREFEITO
CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
Cargo: PREFEITO
CPF:
Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795
Centro - Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE

Cargo: PREFEITO

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*



TERMO DE REFERENCIA 001/2026 - DMAE

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para fornecimento de Materiais Hidráulicos, em atendimento das demandas do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agropecuária e Meio Ambiente, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSENTO PARA VASO SANITARIO INFANTIL EM PLASTICO BRANCO.	UN	20	R\$74,85	R\$1.497,00
2	ASSENTO PARA VASO SANITARIO ADULTO ALMOFADADO BRANCO.	UN	20	R\$84,89	R\$1.697,80
3	ASSENTO PARA VASO SANITARIO P/ DEFICIENTES ADULTO BRANCO.	UN	05	R\$297,62	R\$1.488,10
4	ASSENTO PARA VASO SANITARIO P/ DEFICIENTES INFANTIL BRANCO.	UN	05	R\$108,80	R\$544,00
5	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC 1000G.	UN	02	R\$62,16	R\$124,32
6	ADESIVO SUPER CPVC – 175G.	UN	30	R\$42,00	R\$1.260,00
7	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBOS E CONEXÕES DE PVC RIGIDO 175G LÍQ. POTE.	UN	100	R\$19,15	R\$1.915,00
8	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBOS E CONEXÕES DE PVC RIGIDO 75G TUBO.	UN	100	R\$10,57	R\$1.057,00
9	VEDA ROSCA 12MMX10M.	UN	200	R\$3,07	R\$614,00
10	VEDA ROSCA 18MMX50M.	UN	200	R\$19,29	R\$3.858,00
11	HIDRÔMETRO UNIJATO ¾ VAZÃO MÍNIMA 15L/H.	UN	15	R\$119,38	R\$1.790,70
12	HIDRÔMETRO WOLTMANN 4’.	UN	02	R\$2.458,97	R\$4.917,94
13	PARAFUSO COM BUCHA PARA FIXAÇÃO DE PIA (LAVATÓRIO).	UN	30	R\$6,29	R\$188,70
14	PARAFUSO COM BUCHA PARA FIXAÇÃO VASO SANITÁRIO.	UN	30	R\$7,95	R\$238,50
15	MANGUEIRA PLÁSTICA DE 1/2X2,5MM ROLO 100 METROS.	UN	02	R\$186,90	R\$373,80
16	SIFÃO EXTENSIVO UNIVERSAL PORCA PLÁSTICA.	UN	50	R\$17,21	R\$860,50
17	ENGATE PLÁSTICO ½ - 50CM.	UN	30	R\$8,48	R\$254,40
18	ENGATE PLÁSTICO ½ - 1M.	UN	15	R\$14,25	R\$213,75
19	ENGATE METÁLICO FLEXÍVEL ½ COMP.50CM.	UN	20	R\$49,44	R\$988,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



20	ENGATE METÁLICO FLEXIVEL DE 1M.	UN	15	R\$47,83	R\$717,45
21	LÂMINAS DE SERRA MANUAL 300MM – 24D. 12-24T.	UN	50	R\$10,52	R\$526,00
22	LAVATÓRIO / CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUÇA BRANCA.	UN	10	R\$196,97	R\$1.969,70
23	LAVATÓRIO DE CANTO DE LOUÇA BRANCA S/ COLUNA: 40CMX30CM	UN	10	R\$159,75	R\$1.597,50
24	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL DE LOUÇA BRANCA.	UN	10	R\$268,91	R\$2.689,10
25	TANQUE LAVANDERIA DE POLIPROPILENO 49x43x28cm.	UN	03	R\$93,89	R\$281,67
26	PIA DE GRANITO PARA COZINHA 1,5M.	UN	03	R\$468,17	R\$1.404,51
27	PIA METALICA/INOX 1,5M.	UN	10	R\$304,20	R\$3.042,00
28	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 500LT COM TAMPA. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$263,33	R\$7.899,90
29	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 1000LT COM TAMPA. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$506,69	R\$15.200,70
30	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA 9LT.	UN	20	R\$52,50	R\$1.050,00
31	TUBO COMPLETO P/ CAIXA DESCARGA EXT. E INT. 40MMX160CM BRANCO. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$27,29	R\$136,45
32	TUBO DE LIGAÇÃO (PONTA AZUL) PARA VASO SANITÁRIO. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$25,00	R\$500,00
33	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO.	UN	20	R\$14,26	R\$285,20
34	CANO DE CHUVEIRO 40CM.	UN	05	R\$24,26	R\$121,30
35	VEDANTE PARA TORNEIRA ½.	UN	30	R\$1,38	R\$41,40
36	VEDANTE PARA TORNEIRA ¾.	UN	30	R\$1,38	R\$41,40
37	TORNEIRA PLÁSTICA DE JARDIM ½/¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	75	R\$8,16	R\$612,00
38	TORNEIRA LAVATÓRIO ½ METÁLICA. Referência TIGRE, AMANCO ou	UN	25	R\$55,98	R\$1.399,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	tecnicamente equivalente em qualidade				
39	TORNEIRA CLÍNICA HOSPITALAR ALAVANCA COTOVELO BICA MOVEL-FIXAÇÃO NA BANCADA.	UN	20	R\$163,29	R\$3.265,80
40	TORNEIRA LAVATÓRIO ½ METÁLICA PESCOÇO BICA MOVEL (BANCADA).	UN	30	R\$86,68	R\$2.600,40
41	TORNEIRA LAVATÓRIO ½ PLÁSTICA BRANCA BICA MOVEL (BANCADA).	UN	30	R\$37,00	R\$1.110,00
42	TORNEIRA PARA PIA- RETA METALICA FIXAÇÃO PAREDE ½.	UN	30	R\$60,20	R\$1.806,00
43	TORNEIRA PARA PIA- METALICA BICA MOVEL BANCADA ½.	UN	30	R\$68,97	R\$2.069,10
44	TORNEIRA PARA PIA- METALICA BICA MOVEL FIXAÇÃO PAREDE ½.	UN	30	R\$62,56	R\$1.876,80
45	TORNEIRA PARA PIA- PLÁSTICA BRANCA BICA MOVEL BANCADA ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$34,21	R\$1.026,30
46	TORNEIRA DE ESFERA ½ COM ABERTURA E FECHAMENTO DE ¼ DE VOLTA NA ALAVANCA COM BICO PARA MANGUEIRA.	UN	30	R\$46,40	R\$1.392,00
47	TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO ALTA DENSIDADE COM HASTE DE ALUMÍNIO ½.	UN	10	R\$67,75	R\$677,50
48	TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO ALTA DENSIDADE COM HASTE DE ALUMÍNIO ¾.	UN	10	R\$77,08	R\$770,80
49	CHAVE BOIA REGULADORA DE NÍVEL SUPERIOR 15A.	UN	05	R\$80,60	R\$403,00
50	CHAVE BOIA REGULADORA DE NÍVEL INFERIOR 15A.	UN	05	R\$83,46	R\$417,30
51	PROLONGAMENTO PARA TORNEIRA METAL ½.	UN	10	R\$16,93	R\$169,30
52	PROLONGAMENTO PARA TORNEIRA METAL ¾.	UN	10	R\$16,14	R\$161,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



53	VALVULA PARA LAVATÓRIO COM LADRÃO EM METAL CROMADO.	UN	10	R\$35,56	R\$355,60
54	VALVULA PARA LAVATÓRIO COM LADRÃO DE PVC.	UN	15	R\$5,25	R\$78,75
55	ACABAMENTO PARA REGISTRO DE PESSÃO METAL – VOLANTE CRUZETA.	UN	10	R\$32,01	R\$320,10
56	VALVULA PARA PIA AMERICANA DE METAL CROMADA COM CESTA.	UN	10	R\$23,43	R\$234,30
57	VALVULA PARA TANQUE EM PVC COM TAMPA.	UN	25	R\$13,09	R\$327,25
58	ACABAMENTO P/ REGISTRO DE GAVETA DE METAL CROMADO- VOLANTE TIPO CRUZETA.	UN	40	R\$23,03	R\$921,20
59	REPARO DE VALVULA HIDRA LUXO.	UN	100	R\$51,69	R\$5.169,00
60	REPARO DE VALVULA HIDRA MAX.	UN	100	R\$63,26	R\$6.326,00
61	REPARO PARA CAIXA ACOPLADA COM DUPLO MECANISMO DE ACIONAMENTO- COMPLETO- UNIVERSAL.	UN	05	R\$150,38	R\$751,90
62	COLAR TOMADA PVC COM TRAVAS 50MMX3/4. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$17,38	R\$521,40
63	COLAR TOMADA PVC COM TRAVAS 60MMX3/4. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$21,75	R\$652,50
64	COLAR TOMADA PVC COM TRAVAS 100MMX3/4. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$22,98	R\$459,60
65	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO 38MMXDN40MM.	UN	20	R\$4,96	R\$99,20
66	GRELHA PLÁSTICA REDONDA 10CM.	UN	10	R\$6,76	R\$67,60
67	GRELHA PLÁSTICA REDONDA 15CM.	UN	10	R\$13,34	R\$133,40
68	GRELHA INOX REDONDA 10CM ABRE/FECHA.	UN	10	R\$11,10	R\$111,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



69	GRELHA INOX REDONDA 15CM ABRE/FECHA.	UN	10	R\$26,78	R\$267,80
70	RALO GRELHA E CASTILHO DE AÇO GALVANIZADO CHAPA 2MM 15X100CM.	UN	10	R\$232,59	R\$2.325,90
71	ADAPTADOR MANGUEIRA PEAD C/ REGULAGEM 20MMX3/4 PRETO.	UN	120	R\$18,16	R\$2.179,20
72	TUBETE PP CURTO EM ¾.	UN	50	R\$4,01	R\$200,50
73	TUBETE PP LONGO EM ¾.	UN	20	R\$5,07	R\$101,40
74	PORCA SEXTAVADA EM PVC PARA TUBETE PP CURTO ¾ DN 20MM.	UN	50	R\$6,14	R\$307,00
75	TUBO DE LIGAÇÃO CROMADO PARA VASO SANITARIO.	UN	50	R\$16,75	R\$837,50
76	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA EXTERNA DE ½.	UN	75	R\$16,16	R\$1.212,00
77	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA EXTERNA DE ¾.	UN	75	R\$14,09	R\$1.056,75
78	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA INTERNA DE ½.	UN	30	R\$13,87	R\$416,10
79	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA INTERNA DE ¾.	UN	30	R\$17,76	R\$532,80
80	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDAVEL DE ½.	UN	80	R\$11,10	R\$888,00
81	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDAVEL DE ¾.	UN	80	R\$12,71	R\$1.016,80
82	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDAVEL DE 50MM.	UN	25	R\$29,69	R\$742,25
83	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDAVEL DE 60MM.	UN	25	R\$48,77	R\$1.219,25
84	REGISTRO DE GAVETA DE ½- ACABAMENTO BRUTO.	UN	30	R\$46,81	R\$1.404,30
85	REGISTRO DE GAVETA DE ¾- ACABAMENTO BRUTO.	UN	30	R\$61,91	R\$1.857,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



86	REGISTRO DE ESFERA METAL ½-ALAVANCA.	UN	20	R\$31,11	R\$622,20
87	REGISTRO DE ESFERA METAL ¾-ALAVANCA.	UN	20	R\$41,24	R\$824,80
88	REGISTRO DE ESFERA METAL 50MM-ALAVANCA.	UN	10	R\$277,55	R\$2.775,50
89	REGISTRO DE ESFERA METAL 60MM-ALAVANCA.	UN	10	R\$310,80	R\$3.108,00
90	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDABEL MARRON 25MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$1,75	R\$8,75
91	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDABEL MARRON 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$3,89	R\$19,45
92	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDABEL MARRON 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$14,55	R\$72,75
93	JUNÇÃO SIMPLES DE PVC 100X100MM-BRANCA P/ ESGOTO. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$26,48	R\$132,40
94	JUNÇÃO SIMPLES DE PVC 50X50MM-BRANCA P/ ESGOTO. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$14,74	R\$73,70
95	JUNÇÃO SIMPLES DE PVC 75X75MM-BRANCA P/ ESGOTO. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	100	R\$19,83	R\$1.983,00
96	LUVA PVC LR AZUL DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	100	R\$4,16	R\$416,00
97	LUVA PVC LR AZUL DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	120	R\$7,87	R\$944,40
98	LUVA PVC LR AZUL DE 1/2X3/4. Referência	UN	50	R\$3,97	R\$198,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade				
99	LUVA PVC LR MARRON DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$2,13	R\$21,30
100	LUVA PVC LR MARRON DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$3,36	R\$33,60
101	LUVA PVC SOLDABEL MARROM DE ½, 20MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	75	R\$1,33	R\$99,75
102	LUVA PVC SOLDABEL MARROM DE ¾, 25MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	120	R\$1,83	R\$219,60
103	LUVA PVC SOLDABEL MARROM DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$2,51	R\$62,75
104	LUVA PVC SOLDABEL MARROM DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$4,52	R\$135,60
105	LUVA PVC SOLDABEL MARROM DE 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$14,49	R\$434,70
106	LUVA PVC SOLDABEL MARROM DE 110MM. TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$83,75	R\$418,75
107	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	75	R\$8,88	R\$666,00
108	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	75	R\$17,11	R\$1.283,25
109	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$22,76	R\$455,20
110	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$26,19	R\$1.309,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	tecnicamente equivalente em qualidade				
111	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 60MM COM BOLSA. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$49,60	R\$2.480,00
112	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 60MM PBA. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$20,17	R\$1.008,50
113	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 110MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	08	R\$78,15	R\$625,20
114	LUVA PVC COM ROSCA BRANCA DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$2,07	R\$51,75
115	LUVA PVC COM ROSCA BRANCA DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$2,51	R\$125,50
116	LUVA PVC COM ROSCA BRANCA DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$6,01	R\$180,30
117	LUVA PVC SOLDABEL BRANCA DE 40MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$2,97	R\$29,70
118	LUVA PVC SOLDABEL BRANCA DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$3,32	R\$33,20
119	LUVA PVC SOLDABEL BRANCA DE 75MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	15	R\$4,26	R\$63,90
120	LUVA PVC SOLDABEL BRANCA DE 100MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$5,02	R\$150,60
121	LUVA PVC SOLDABEL DE REDUÇÃO MARROM DE 3/4X1/2. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$2,13	R\$63,90
122	LUVA PVC SOLDABEL DE REDUÇÃO MARROM DE 32X3/4MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$3,67	R\$91,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



123	LUVA PVC SOLDAVEL DE REDUÇÃO MARROM DE 50X32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$5,81	R\$145,25
124	LUVA PVC SOLDAVEL DE REDUÇÃO MARROM DE 50X60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$20,69	R\$517,25
125	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 90° DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	70	R\$2,72	R\$190,40
126	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 90° DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$2,90	R\$145,00
127	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 90° DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$4,08	R\$102,00
128	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 90° DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$4,96	R\$148,80
129	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 90° DE 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$22,79	R\$683,70
130	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 90° DE 110MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$256,39	R\$1.281,95
131	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 45° DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$1,17	R\$23,40
132	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 45° DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$2,94	R\$58,80
133	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 45° DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	15	R\$4,20	R\$63,00
134	COTOVELO PVC SOLDAVEL MARROM 45° DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou	UN	25	R\$6,03	R\$150,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	tecnicamente equivalente em qualidade				
135	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$29,18	R\$729,50
136	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE 110MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$250,82	R\$1.254,10
137	COTOVELO PVC LR AZUL 90° DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	80	R\$5,54	R\$443,20
138	COTOVELO PVC LR AZUL 90° DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	80	R\$6,49	R\$519,20
139	COTOVELO PVC LR AZUL 90° DE 1/2X3/4. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$6,71	R\$335,50
140	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 40MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$2,22	R\$66,60
141	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$3,63	R\$18,15
142	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 75MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$4,56	R\$22,80
143	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 100MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$5,94	R\$118,80
144	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 150MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$33,56	R\$167,80
145	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 200MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$82,35	R\$411,75
146	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 40MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$1,93	R\$19,30
147	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$2,79	R\$27,90
148	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 75MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	15	R\$6,72	R\$100,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



149	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 100MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$9,04	R\$180,80
150	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDAVEL MARROM DE ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	100	R\$2,03	R\$203,00
151	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDAVEL MARROM DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	120	R\$2,10	R\$252,00
152	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDAVEL MARROM DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$2,34	R\$117,00
153	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDAVEL MARROM DE 50MM Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$5,13	R\$102,60
154	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDAVEL MARROM DE 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	40	R\$12,39	R\$495,60
155	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDAVEL MARROM DE 110MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$54,63	R\$1.092,60
156	ADAPTADOR COM FLANGE PVC SOLDAVEL DE ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	15	R\$14,71	R\$220,65
157	ADAPTADOR COM FLANGE PVC SOLDAVEL DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	15	R\$24,01	R\$360,15
158	ADAPTADOR COM FLANGE PVC SOLDAVEL DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	15	R\$27,22	R\$408,30
159	ARRUELA DE VEDAÇÃO EM BORRACHA PARA HIDRÔMETRO ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	400	R\$1,17	R\$468,00
160	BICO PARA TORNEIRA DE JARDIM METAL - ROSCA ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$5,01	R\$100,20
161	BICO PARA TORNEIRA DE JARDIM METAL	UN	20	R\$5,09	R\$101,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	- ROSCA ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade				
162	CAIXA PARA HIDROMETRO PLÁSTICA COM MEDIDAS PADRÃO SABESP 50,5CM ALTURA, 40CM DE LARGURA E 12,5CM COM VISOR.	UN	10	R\$102,49	R\$1.024,90
163	NIPLE PVC BRANCO ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$2,12	R\$63,20
164	NIPLE PVC BRANCO ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$2,38	R\$71,40
165	PLUG ROSCÁVEL PVC BANCO ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$0,91	R\$45,50
166	PLUG ROSCÁVEL PVC BANCO ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$2,22	R\$111,00
167	PLUG ROSCÁVEL PVC BANCO 32. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$3,05	R\$61,00
168	CAP PVC SOLDAVEL MARROM ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$1,48	R\$74,00
169	CAP PVC SOLDAVEL MARROM ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$2,43	R\$121,50
170	CAP PVC SOLDAVEL MARROM 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$2,59	R\$25,90
171	CAP PVC SOLDAVEL MARROM 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$5,95	R\$59,50
172	CAP PVC SOLDAVEL MARROM 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$11,21	R\$112,10
173	CAP PVC SOLDAVEL BRANCO PARA ESGOTO DE 40MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$2,32	R\$23,20
174	CAP PVC SOLDAVEL BRANCO PARA ESGOTO DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$4,94	R\$49,40
175	CAP PVC SOLDAVEL BRANCO PARA ESGOTO DE 75MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em	UN	10	R\$6,94	R\$69,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	qualidade				
176	CAP PVC SOLDABEL BRANCO PARA ESGOTO DE 100MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$10,09	R\$100,90
177	TÊ PVC SOLDABEL MARROM DE 20MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	75	R\$1,23	R\$92,25
178	TÊ PVC SOLDABEL MARROM DE 25MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	75	R\$1,41	R\$105,75
179	TÊ PVC SOLDABEL MARROM DE 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	15	R\$3,19	R\$47,85
180	TÊ PVC SOLDABEL MARROM DE 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$5,60	R\$168,00
181	TÊ PVC SOLDABEL MARROM DE 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	50	R\$20,32	R\$1.016,00
182	TÊ PVC SOLDABEL MARROM DE 110MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$175,22	R\$3.504,40
183	TÊ PVC SOLDABEL COM BUCHA LATÃO LR AZUL 20MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$6,05	R\$151,25
184	TÊ PVC SOLDABEL COM BUCHA LATÃO LR AZUL 25MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$9,29	R\$232,50
185	TÊ PVC SOLDABEL COM BUCHA LATÃO LR AZUL 25X20MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$8,91	R\$222,75
186	TÊ PVC SOLDABEL COM REDUÇÃO-MARROM 25X20MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$3,79	R\$94,75
187	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 40MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$3,51	R\$17,55
188	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$5,29	R\$26,45
189	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 75MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente	UN	05	R\$13,72	R\$68,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	equivalente em qualidade				
190	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 100MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$15,05	R\$451,50
191	REDUÇÃO PVC BRANCA 50X40MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$4,11	R\$41,10
192	REDUÇÃO PVC BRANCA 100X75MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	05	R\$8,50	R\$42,50
193	REDUÇÃO PVC BRANCA 200X100MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$96,89	R\$968,90
194	BARRA CANO 06 METROS MARROM ½. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	70	R\$27,27	R\$1.908,90
195	BARRA CANO 06 METROS MARROM ¾. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	70	R\$28,34	R\$1.983,80
196	BARRA CANO 06 METROS MARROM 32MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	25	R\$56,54	R\$1.413,50
197	BARRA CANO 06 METROS MARROM 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	20	R\$78,32	R\$1.566,40
198	BARRA CANO 06 METROS MARROM 60MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	60	R\$147,16	R\$8.829,60
199	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 40MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$37,12	R\$371,20
200	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 50MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$60,34	R\$603,40
201	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 75MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$85,25	R\$852,50
202	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 100MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$89,39	R\$2.681,70
203	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 150MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em	UN	10	R\$186,88	R\$1.868,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



	qualidade				
204	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 200MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$399,56	R\$3.995,60
205	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 1". Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	02	R\$124,81	R\$249,62
206	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 2". Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	02	R\$328,69	R\$657,38
207	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 3". Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	02	R\$684,74	R\$1.369,48
208	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 4". Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	02	R\$1.734,58	R\$3.469,16
209	VALVULA DE REGISTRO DE GAVETA COM FALANGE- 8 FUROS 4, AZUL. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	02	R\$1.676,68	R\$3.353,36
210	UNIÃO SOLDAVEL MARROM 110MM. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	10	R\$522,36	R\$5.223,60
211	VALVULA DE DESCARGA – 1 ½ / DN40 – BAIXA PRESSÃO. Referência TIGRE, AMANCO ou tecnicamente equivalente em qualidade	UN	30	R\$178,94	R\$5.368,20
212	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA- BRANCO DE METAL COM PARAFUSO PARA FIXAÇÃO.	UN	30	R\$63,41	R\$1.902,30
213	ACABAMENTO PARA VALVULA HIDRA LUXO CR810 CROMADO.	UN	20	R\$82,06	R\$1.641,20

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 3.964/2024.

1.2. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 .

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 225.884,29 (duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro e vinte nove centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas acima.

1.4. Nos valores já estão inclusos os preços de transação (notas, tributos, fretes, e demais encargos).



2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação se justifica pela necessidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), atender todas as demandas que chegam até a Secretaria. Além disso, a referida se faz necessária, pois diariamente há pedidos de manutenção e reparos hidráulicos nos prédios próprios e de permanência temporária do Município, bem como pequenas reformas entre outros. Ressalte-se, por fim, que tais serviços são realizados com mão de obra própria, dessa forma, é necessário à aquisição dos materiais para execução dos mesmos.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1.1. O critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o menor preço por item;

3.1.2. Não serão aplicadas a indicação e/ou a vedação de marcas;

3.1.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

3.1.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.2. Padrões mínimos de qualidade, relativos ao objeto:

3.2.1. Os materiais devem ser fabricados em estrita conformidade com as normas da [Associação Brasileira de Normas Técnicas](#) (ABNT) tais como Tubos de PVC soldável (NBR 5648), tubos e conexões de PVC-U para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação (ABNT NBR 5688), Sistemas para adução e distribuição de água - Tubos e conexões de PVC-U com junta elástica (ABNT NBR 5647), Sistemas enterrados para condução de esgoto (PVC) (ABNT NBR 7362), Tubos de cobre sem costura para condução de água fria, quente e fluidos (ABNT NBR 13206), Conexões para união de tubos de cobre por soldagem ou brasagem capilar (ABNT NBR 11720), Torneiras de mesa e de parede - Requisitos e métodos de ensaio (ABNT NBR 15705), Registros de pressão – Requisitos (ABNT NBR 15704), Registro (válvula) de pressão - Verificação da resistência ao torque de montagem (ABNT NBR 10074), Válvulas de retenção (ABNT NBR 15705), Cores para identificação de tubulações (importante para identificação de água potável, esgoto, etc) (ABNT NBR 6493);

3.2.2. Deverá ser apresentados laudos de laboratórios acreditados pelo INMETRO que comprovem a conformidade com as NBRs citadas, garantindo a qualidade técnica;

3.2.3. É proibido o uso de material reprocessado ou reciclado para fabricação dos tubos;



4. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1.1. Os itens do objeto desta licitação deverão ser entregues, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da solicitação feita pelo Setor de Compras;

4.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.1.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

a) Rua Dr. Braulio de Andrade Junqueira 795, Centro, Aramina/SP.

4.1.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.1.5. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.1.6. A garantia abrange a realização da substituição dos materiais pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.1.7. Entende-se por substituição corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.1.8. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do material.

4.1.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do DMAE pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.1.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.1.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar



equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.2. RECEBIMENTO DO OBJETO

4.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo DMAE, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



4.2.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

5.1. LIQUIDAÇÃO (EMPENHO)

5.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

5.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do DMAE;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.1.4. **Será realizada retenção do Imposto de Renda pela CONTRATANTE, de acordo com a alíquota adequada para o serviço ou bem adquirido**



constante no Decreto Municipal;

5.1.4.1. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas juntamente com as declarações obrigatórias constantes nos anexos da Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012.

5.1.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.1.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.1.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.2. PRAZO DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, de acordo com o quantitativo efetivamente executado, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela



contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

5.2.2. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

5.2.3. Os pagamentos podem ser realizados com recursos próprios e/ou com recursos de convênios.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de validade da ARP será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

6.2. A gestão da ARP caberá ao DMAE.

6.3. Compete ao Órgão Gerenciador e aos Participantes os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, para registro no SICAF.

6.4. Caberá ao Gerenciador da Ata realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

A Administração reserva-se o direito de realizar testes de estanqueidade e pressão antes do recebimento definitivo. Caso os materiais apresentem índices de ruptura ou vazamento superiores aos tolerados pelas normas NBR, a contratada deverá substituir todo o lote em até 48 (quarenta e oito) horas, sem custos adicionais ao Município, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. O prazo para a licitante vencedora assinar o respectivo termo de contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho é de 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua



formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei.

7.2. Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a licitante vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito a contratação e autorizará a Contratante a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo esta declarada vencedora.

7.3. O termo de contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho e/ou por Ordem de Fornecimento.

7.4. Quando a administração fizer a opção de celebrar contrato, a vigência deste instrumento contratual ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1.1. A CONTRATADA deverá enviar a nota fiscal e boleto bancário por correio eletrônico para dmae@aramina.sp.gov.br com cópia para compras@aramina.sp.gov.br.

8.1.2. Em caso de valor abaixo do estipulado para emissão de boleto bancário, o fornecedor deverá fornecer dados para transferência e/ou chave PIX. Os dados de CNPJ e razão social deverá ser igual ao da Nota Fiscal;

8.1.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.1.4. Caso o DMAE tenha aplicado alguma multa ao fornecedor vencedor, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor da Contratada. Caso ela seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

8.1.5. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

8.1.6. O CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

8.1.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.1.8. Os pagamentos são efetuados com no maximo 30 dias apos a data da



apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo órgão competente, e a empresa deverá enviá-la juntamente com o(s) boleto(s) no e-mail: dmae@aramina.sp.gov.br, confirmando o seu recebimento.

8.1.9. Caso o licitante vencedor não emita boleto, deverá fornecer no corpo da nota fiscal o número da conta corrente e agência para realização do pagamento, e as despesas com taxas correspondentes aos pagamentos ficarão a cargo da contratada.

8.1.10. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções. A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação, termo de contrato e tipo de licitação.

8.1.11. Deverá informar na nota: Pregão Eletrônico nº xxx/20xx / Processo Adm. Nº xxx/20xx / data de homologação, que deverá ser solicitada para comissão / Contrato nº xxx/20xx, caso houver.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos, eles serão considerados válidos se emitidos em até 90 (noventa) dias.

9.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.3. O licitante deverá, ainda, comprovar os seguintes requisitos:

9.2.3.1. Habilitação jurídica

9.2.3.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.3.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.3.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da



autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.3.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.3.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.2.1.1. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.3.2.1.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.2.1.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.2.1.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.2.1.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

9.3.2.2. Qualificação Econômico-Financeira

9.3.2.2.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/M nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.3.2.2.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.3.2.2.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);



II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

9.3.2.2.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.3.2.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.3.2.2.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil,

9.3.2.2.6. apresentada pelo fornecedor.

9.3.2.2.7. Para participação em licitação regida pela Lei 14.133/21, o microempreendedor individual (MEI) deve apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, ainda que dispensado da elaboração do referido balanço pelo Código Civil (art. 1.179, § 2º, da Lei 10.406/2002).

9.3.2.3. Qualificação Técnica

9.3.2.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.3.2.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.3.2.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



9.3.2.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.3.2.3.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.3.2.3.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.3.2.3.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.3.2.3.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.3.2.3.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.3.2.3.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por arte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.3.2.3.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.3.2.3.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de



que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o DMAE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica e troca de e-mails para esse fim.

10.4. O DMAE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o DMAE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

10.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do



contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

10.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

10.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

10.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

10.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

10.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

10.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da



administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

10.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

10.10.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

10.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

10.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

10.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

10.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação, podendo ser alterada, conforme saldos.

11.1.1. Serviço de água e saneamento Material de consumo Recurso próprio



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA – ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira - 795 – CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7043

E-mail: governo@aramina.sp.gov.br



Ficha 257.

Aramina, 27 de abril de 2026.

MAURO ROBERTO DOMINGOS DA SILVA

Secretário de Infraestrutura, Agro Pecuaria e Meio Ambiente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA****R DR BRAULIO A JUNQUEIRA, Nº 795****CNPJ : 45323474/0001-02****Lista com a média dos valores cotados**

Número da Cotação: 00351/26		Data: 06/05/2026	Abertura: 11/05/2026	Encerramento: 11/05/2026	
Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	017.009.674	ASSENTO PARA VASO SANITARIO INFANTIL EM PLASTICO E 20		74,85	1.497,00
2	017.002.409	ASSENTO PARA VASO SANITARIO ADULTO ALMOFADADO B 20		84,89	1.697,80
3	017.009.675	ASSENTO PARA VASO SANITARIO P/ DEFICIENTES ADULTO 5		297,62	1.488,10
4	017.009.801	ASSENTO PARA VASO SANITARIO P/ DEFICIENTES INFANTII 5		108,80	544,00
5	017.001.657	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC ´ 2		62,16	124,32
6	017.002.392	ADESIVO SUPER CPVC – 175G.	30	42,00	1.260,00
7	017.001.624	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBOS E CONEXÕES DE PVC RIGIDC 100		19,15	1.915,00
8	017.001.989	ADESIVO PLÁSTICO P/ TUBOS E CONEXÕES DE PVC RIGIDC 100		10,57	1.057,00
9	017.001.485	VEDA ROSCA 12MMX10M.	200	3,07	614,00
10	017.001.623	VEDA ROSCA 18MMX50M.	200	19,29	3.858,00
11	017.009.266	HIDRÔMETRO UNIJATO ¾ VAZÃO MÍNIMA 15L/H.	15	119,38	1.790,70
12	017.009.701	HIDRÔMETRO WOLTMANN 4'.	2	2.458,97	4.917,94
13	017.009.015	PARAFUSO COM BUCHA PARA FIXAÇÃO DE PIA (LAVATÓRI	30	6,29	188,70
14	017.009.282	PARAFUSO COM BUCHA PARA FIXAÇÃO VASO SANITÁRIO.	30	7,95	238,50
15	017.004.177	MANGUEIRA PLÁSTICA DE 1/2X2,5MM ROLO 100 METROS.	2	186,90	373,80
16	017.001.609	SIFÃO EXTENSIVO UNIVERSAL PORCA PLÁSTICA.	50	17,21	860,50
17	017.009.820	ENGATE PLÁSTICO ½ - 50CM.	30	8,48	254,40
18	017.009.821	ENGATE PLÁSTICO ½ - 1M.	15	14,25	213,75
19	017.009.638	ENGATE METÁLICO FLEXÍVEL ½ COMP.50CM.	20	49,44	988,80
20	017.009.637	ENGATE METÁLICO FLEXIVEL DE 1M.	15	47,83	717,45
21	017.009.822	LÂMINAS DE SERRA MANUAL 300MM – 24D. 12-24T.	50	10,52	526,00
22	017.001.248	LAVATÓRIO / CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUÇA BRANCA.	10	196,97	1.969,70
23	017.001.251	LAVATÓRIO DE CANTO DE LOUÇA BRANCA S/ COLUNA: 40C	10	159,75	1.597,50
24	017.001.246	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL DE LOUÇA BRANCA.	10	268,91	2.689,10
25	017.001.336	TANQUE LAVANDERIA DE POLIPROPILENO 49X43X28CM.	3	93,89	281,67
26	017.001.106	PIA DE GRANITO PARA COZINHA 1,5M.	3	468,17	1.404,51
27	017.001.319	PIA METALICA/INOX 1,5M.	10	304,20	3.042,00
28	017.001.269	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 500L	30	263,33	7.899,90
29	017.001.270	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 1000	30	506,69	15.200,70
30	017.001.272	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA 9LT.	20	52,50	1.050,00
31	017.009.662	TUBO COMPLETO P/ CAIXA DESCARGA EXT. E INT. 40MMX1	5	27,29	136,45
32	017.009.681	TUBO DE LIGAÇÃO (PONTA AZUL) PARA VASO SANITÁRIO.	20	25,00	500,00
33	017.009.014	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	20	14,26	285,20
34	017.003.134	CANO DE CHUVEIRO 40CM.	5	24,26	121,30
35	017.009.122	VEDANTE PARA TORNEIRA ½.	30	1,38	41,40
36	017.009.123	VEDANTE PARA TORNEIRA ¾.	30	1,38	41,40
37	017.001.883	TORNEIRA PLÁSTICA DE JARDIM ½/¾.	75	8,16	612,00
38	017.001.660	TORNEIRA LAVATÓRIO ½ METÁLICA.	25	55,98	1.399,50
39	017.009.823	TORNEIRA CLINICA HOSPITALAR ALAVANCA COTOVELO BIC	20	163,29	3.265,80
40	017.009.185	TORNEIRA LAVATÓRIO ½ METÁLICA PESCOÇO BICA MOVEI	30	86,68	2.600,40
41	017.001.498	TORNEIRA LAVATÓRIO ½ PLÁSTICA BRANCA BICA MOVEI (I	30	37,00	1.110,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA****R DR BRAULIO A JUNQUEIRA, Nº 795****CNPJ : 45323474/0001-02****Lista com a média dos valores cotados**

Número da Cotação: 00351/26		Data: 06/05/2026	Abertura: 11/05/2026	Encerramento: 11/05/2026	
Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
42	017.001.501	TORNEIRA PARA PIA- RETA METALICA FIXAÇÃO PAREDE ½.	30	60,20	1.806,00
43	017.001.502	TORNEIRA PARA PIA- METALICA BICA MOVEI BANCADA ½.	30	68,97	2.069,10
44	017.001.504	TORNEIRA PARA PIA- METALICA BICA MOVEI FIXAÇÃO PAR	30	62,56	1.876,80
45	017.001.514	TORNEIRA PARA PIA- PLÁSTICA BRANCA BICA MOVEI BAN	30	34,21	1.026,30
46	017.001.611	TORNEIRA DE ESFERA ½ COM ABERTURA E FECHAMENTO	30	46,40	1.392,00
47	017.001.659	TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO ALTA DI	10	67,75	677,50
48	017.001.776	TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO ALTA DI	10	77,08	770,80
49	017.004.276	CHAVE BOIA REGULADORA DE NÍVEL SUPERIOR 15A.	5	80,60	403,00
50	017.004.277	CHAVE BOIA REGULADORA DE NÍVEL INFERIOR 15A.	5	83,46	417,30
51	017.009.620	PROLONGAMENTO PARA TORNEIRA METAL ½.	10	16,93	169,30
52	017.009.621	PROLONGAMENTO PARA TORNEIRA METAL ¾.	10	16,14	161,40
53	017.002.230	VALVULA PARA LAVATÓRIO COM LADRÃO EM METAL CROM	10	35,56	355,60
54	017.003.474	VALVULA PARA LAVATÓRIO COM LADRÃO DE PVC.	15	5,25	78,75
55	017.009.619	ACABAMENTO PARA REGISTRO DE PESSÃO METAL – VOLA	10	32,01	320,10
56	017.009.121	VALVULA PARA PIA AMERICANA DE METAL CROMADA COM	10	23,43	234,30
57	017.001.732	VALVULA PARA TANQUE EM PVC COM TAMPA.	25	13,09	327,25
58	017.009.618	ACABAMENTO P/ REGISTRO DE GAVETA DE METAL CROMA	40	23,03	921,20
59	017.009.647	REPARO DE VÁLVULA HIDRA LUXO	100	51,69	5.169,00
60	017.009.646	REPARO DE VÁLVULA HIDRA MAX	100	63,26	6.326,00
61	017.002.004	REPARO PARA CAIXA ACOPLADA COM DUPLO MECANISMO	5	150,38	751,90
62	017.001.188	COLAR TOMADA PVC COM TRAVAS 50MMX3/4.	30	17,38	521,40
63	017.001.189	COLAR TOMADA PVC COM TRAVAS 60MMX3/4.	30	21,75	652,50
64	017.001.428	COLAR TOMADA PVC COM TRAVAS 100MMX3/4.	20	22,98	459,60
65	017.001.722	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO 38MMXDN40MM.	20	4,96	99,20
66	017.001.290	GRELHA PLÁSTICA REDONDA 10CM.	10	6,76	67,60
67	017.001.566	GRELHA PLÁSTICA REDONDA 15CM.	10	13,34	133,40
68	017.001.567	GRELHA INOX REDONDA 10CM ABRE/FECHA.	10	11,10	111,00
69	017.001.770	GRELHA INOX REDONDA 15CM ABRE/FECHA.	10	26,78	267,80
70	017.002.027	RALO GRELHA E CASTILHO DE AÇO GALVANIZADO CHAPA :	10	232,59	2.325,90
71	017.001.089	ADAPTADOR MANGUEIRA PEAD C/ REGULAGEM 20MMX3/4	120	18,16	2.179,20
72	017.009.750	TUBETE PP CURTO EM ¾.	50	4,01	200,50
73	017.009.751	TUBETE PP LONGO EM ¾.	20	5,07	101,40
74	017.009.807	PORCA SEXTAVADA EM PVC PARA TUBETE PP CURTO 3/4"	50	6,14	307,00
75	017.009.680	TUBO DE LIGAÇÃO CROMADO PARA VASO SANITÁRIO	50	16,75	837,50
76	017.009.785	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA EXTERNA DE 1 7/8"	75	16,16	1.212,00
77	017.009.786	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA EXTERNA DE 3 7/8"	75	14,09	1.056,75
78	017.002.182	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA INTERNA DE 1/2"	30	13,87	416,10
79	017.009.606	REGISTRO DE ESFERA EM PVC COM ROSCA INTERNA DE 3/4"	30	17,76	532,80
80	017.009.787	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDÁVEL DE 1/2".	80	11,10	888,00
81	017.009.788	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDÁVEL DE ¾.	80	12,71	1.016,80
82	017.009.789	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDÁVEL DE 50MM.	25	29,69	742,25

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA****R DR BRAULIO A JUNQUEIRA, Nº 795****CNPJ : 45323474/0001-02****Lista com a média dos valores cotados**

Número da Cotação: 00351/26		Data: 06/05/2026	Abertura: 11/05/2026	Encerramento: 11/05/2026	
Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
83	017.009.790	REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDAVEL DE 60MM.	25	48,77	1.219,25
84	017.009.615	REGISTRO DE GAVETA DE 1/2- ACABAMENTO BRUTO.	30	46,81	1.404,30
85	017.009.614	REGISTRO DE GAVETA DE 3/4- ACABAMENTO BRUTO.	30	61,91	1.857,30
86	017.009.607	REGISTRO DE ESFERA METAL 1/2- ALAVANCA.	20	31,11	622,20
87	017.009.608	REGISTRO DE ESFERA METAL 3/4- ALAVANCA.	20	41,24	824,80
88	017.009.609	REGISTRO DE ESFERA METAL 50MM- ALAVANCA.	10	277,55	2.775,50
89	049.001.017	REGISTRO DE ESFERA METAL 60MM- ALAVANCA.	10	310,80	3.108,00
90	017.003.301	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL MARRON 25MM.	5	1,75	8,75
91	017.001.159	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL MARRON 50MM.	5	3,89	19,45
92	017.009.083	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL MARRON 60MM.	5	14,55	72,75
93	017.009.553	JUNÇÃO SIMPLES DE PVC 100X100MM- BRANCA P/ ESGOTC	5	26,48	132,40
94	017.009.557	JUNÇÃO SIMPLES DE PVC 50X50MM- BRANCA P/ ESGOTO.	5	14,74	73,70
95	017.009.556	JUNÇÃO SIMPLES DE PVC 75X75MM- BRANCA P/ ESGOTO.	100	19,83	1.983,00
96	017.009.551	LUVA PVC LR AZUL DE 1/2.	100	4,16	416,00
97	017.009.552	LUVA PVC LR AZUL DE 3/4.	120	7,87	944,40
98	017.009.554	LUVA PVC LR AZUL DE 1/2X3/4.	50	3,97	198,50
99	017.009.555	LUVA PVC LR MARRON DE 1/2.	10	2,13	21,30
100	017.001.572	LUVA PVC LR MARRON DE 3/4.	10	3,36	33,60
101	017.001.479	LUVA PVC SOLDAVEL MARROM DE 1/2, 20MM.	75	1,33	99,75
102	017.001.480	LUVA PVC SOLDAVEL MARROM DE 3/4, 25MM.	120	1,83	219,60
103	017.001.481	LUVA PVC SOLDAVEL MARROM DE 32MM.	25	2,51	62,75
104	017.001.488	LUVA PVC SOLDAVEL MARROM DE 50MM.	30	4,52	135,60
105	017.001.489	LUVA PVC SOLDAVEL MARROM DE 60MM.	30	14,49	434,70
106	017.001.492	LUVA PVC SOLDAVEL MARROM DE 110MM.	5	83,75	418,75
107	017.001.599	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 1/2.	75	8,88	666,00
108	017.001.655	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 3/4.	75	17,11	1.283,25
109	017.001.656	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 32MM.	20	22,76	455,20
110	017.001.662	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 50MM.	50	26,19	1.309,50
111	017.001.743	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 60MM COM BOLSA.	50	49,60	2.480,00
112	017.001.744	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 60MM PBA.	50	20,17	1.008,50
113	017.001.755	LUVA PVC DE CORRER MARROM DE 110MM.	8	78,15	625,20
114	017.001.781	LUVA PVC COM ROSCA BRANCA DE 1/2.	25	2,07	51,75
115	017.001.782	LUVA PVC COM ROSCA BRANCA DE 3/4.	50	2,51	125,50
116	017.001.790	LUVA PVC COM ROSCA BRANCA DE 32MM	30	6,01	180,30
117	017.001.793	LUVA PVC SOLDAVEL BRANCA DE 40MM.	10	2,97	29,70
118	017.001.796	LUVA PVC SOLDAVEL BRANCA DE 50MM.	10	3,32	33,20
119	017.001.798	LUVA PVC SOLDAVEL BRANCA DE 75MM.	15	4,26	63,90
120	017.001.799	LUVA PVC SOLDAVEL BRANCA DE 100MM.	30	5,02	150,60
121	017.001.801	LUVA PVC SOLDAVEL DE REDUÇÃO MARROM DE 3/4 X 1/2.	30	2,13	63,90
122	017.001.876	LUVA PVC SOLDAVEL DE REDUÇÃO MARROM DE 32 X 3/4MI	25	3,67	91,75
123	017.001.890	LUVA PVC SOLDAVEL DE REDUÇÃO MARROM DE 50 X 32MM	25	5,81	145,25

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA****R DR BRAULIO A JUNQUEIRA, Nº 795****CNPJ : 45323474/0001-02****Lista com a média dos valores cotados**

Número da Cotação: 00351/26		Data: 06/05/2026	Abertura: 11/05/2026	Encerramento: 11/05/2026	
Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
124	017.001.891	LUVA PVC SOLDABEL DE REDUÇÃO MARROM DE 50 X 60MM	25	20,69	517,25
125	017.001.478	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 90° DE ½.	70	2,72	190,40
126	017.001.490	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 90° DE ¾.	50	2,90	145,00
127	017.001.493	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 90° DE 32MM.	25	4,08	102,00
128	017.001.494	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 90° DE 50MM.	30	4,96	148,80
129	017.001.752	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 90° DE 60MM.	30	22,79	683,70
130	017.001.753	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 90° DE 110MM.	5	256,39	1.281,95
131	017.001.754	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE ½.	20	1,17	23,40
132	017.001.797	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE ¾.	20	2,94	58,80
133	017.002.036	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE 32MM.	15	4,20	63,00
134	017.002.037	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE 50MM.	25	6,03	150,75
135	017.002.052	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE 60MM.	25	29,18	729,50
136	017.002.180	COTOVELO PVC SOLDABEL MARROM 45° DE 110MM.	5	250,82	1.254,10
137	017.003.200	COTOVELO PVC LR AZUL 90° DE ½.	80	5,54	443,20
138	017.009.269	COTOVELO PVC LR AZUL 90° DE ¾.	80	6,49	519,20
139	017.009.334	COTOVELO PVC LR AZUL 90° DE 1/2 X 3/4.	50	6,71	335,50
140	017.009.361	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 40MM.	30	2,22	66,60
141	017.009.362	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 50MM.	5	3,63	18,15
142	017.009.364	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 75MM.	5	4,56	22,80
143	017.009.463	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 100MM.	20	5,94	118,80
144	017.009.464	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 150MM.	5	33,56	167,80
145	017.009.465	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 90° DE 200MM.	5	82,35	411,75
146	017.009.466	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 40MM.	10	1,93	19,30
147	017.009.467	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 50MM.	10	2,79	27,90
148	017.009.730	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 75MM.	15	6,72	100,80
149	017.009.819	COTOVELO PVC BRANCO ESGOTO 45° DE 100MM.	20	9,04	180,80
150	017.001.486	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDABEL MARROM DE ½.	100	2,03	203,00
151	017.001.495	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDABEL MARROM DE ¾.	120	2,10	252,00
152	017.001.650	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDABEL MARROM DE 32MM.	50	2,34	117,00
153	017.001.651	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDABEL MARROM DE 50MM.	20	5,13	102,60
154	017.001.667	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDABEL MARROM DE 60MM.	40	12,39	495,60
155	017.001.745	ADAPTADOR CURTO PVC SOLDABEL MARROM DE 110MM.	20	54,63	1.092,60
156	017.001.778	ADAPTADOR COM FLANGE PVC SOLDABEL DE ¾.	15	14,71	220,65
157	017.001.787	ADAPTADOR COM FLANGE PVC SOLDABEL DE 32MM.	15	24,01	360,15
158	017.001.788	ADAPTADOR COM FLANGE PVC SOLDABEL DE 50MM.	15	27,22	408,30
159	017.009.752	ARRUELA DE VEDAÇÃO EM BORRACHA PARA HIDRÔMETRO	400	1,17	468,00
160	017.001.997	BICO PARA TORNEIRA DE JARDIM METAL - ROSCA ½.	20	5,01	100,20
161	017.001.998	BICO PARA TORNEIRA DE JARDIM METAL - ROSCA ¾.	20	5,09	101,80
162	017.009.704	CAIXA PARA HIDROMETRO PLÁSTICA COM MEDIDAS PADRÃO	10	102,49	1.024,90
163	017.002.178	NIPLE PVC BRANCO ½.	30	2,12	63,60
164	017.002.437	NIPLE PVC BRANCO ¾.	30	2,38	71,40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA****R DR BRAULIO A JUNQUEIRA, Nº 795****CNPJ : 45323474/0001-02****Lista com a média dos valores cotados**

Número da Cotação: 00351/26		Data: 06/05/2026	Abertura: 11/05/2026	Encerramento: 11/05/2026	
Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
165	017.009.509	PLUG ROSCÁVEL PVC BANCO ½.	50	0,91	45,50
166	017.009.510	PLUG ROSCÁVEL PVC BANCO ¾.	50	2,22	111,00
167	017.009.511	PLUG ROSCÁVEL PVC BANCO 32.	20	3,05	61,00
168	017.009.453	CAP PVC SOLDAVEL MARROM ½.	50	1,48	74,00
169	017.009.454	CAP PVC SOLDAVEL MARROM ¾.	50	2,43	121,50
170	017.009.455	CAP PVC SOLDAVEL MARROM 32MM.	10	2,59	25,90
171	017.009.456	CAP PVC SOLDAVEL MARROM 50MM.	10	5,95	59,50
172	017.009.457	CAP PVC SOLDAVEL MARROM 60MM.	10	11,21	112,10
173	017.001.178	CAP PVC SOLDAVEL BRANCO PARA ESGOTO DE 40MM.	10	2,32	23,20
174	017.002.024	CAP PVC SOLDAVEL BRANCO PARA ESGOTO DE 50MM.	10	4,94	49,40
175	017.002.106	CAP PVC SOLDAVEL BRANCO PARA ESGOTO DE 75MM.	10	6,94	69,40
176	017.002.138	CAP PVC SOLDAVEL BRANCO PARA ESGOTO DE 100MM.	10	10,09	100,90
177	017.001.171	TÊ PVC SOLDAVEL MARROM DE 20MM.	75	1,23	92,25
178	017.001.176	TÊ PVC SOLDAVEL MARROM DE 25MM.	75	1,41	105,75
179	017.001.182	TÊ PVC SOLDAVEL MARROM DE 32MM.	15	3,19	47,85
180	017.001.425	TÊ PVC SOLDAVEL MARROM DE 50MM.	30	5,60	168,00
181	017.001.438	TÊ PVC SOLDAVEL MARROM DE 60MM.	50	20,32	1.016,00
182	017.002.112	TÊ PVC SOLDAVEL MARROM DE 110MM.	20	175,22	3.504,40
183	017.002.120	TÊ PVC SOLDAVEL COM BUCHA LATÃO LR AZUL 20MM.	25	6,05	151,25
184	017.003.180	TÊ PVC SOLDAVEL COM BUCHA LATÃO LR AZUL 25MM.	25	9,29	232,25
185	017.009.339	TÊ PVC SOLDAVEL COM BUCHA LATÃO LR AZUL 25X20MM.	25	8,91	222,75
186	017.009.482	TÊ PVC SOLDAVEL COM REDUÇÃO- MARROM 25X20MM.	25	3,79	94,75
187	017.009.483	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 40MM.	5	3,51	17,55
188	017.009.484	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 50MM.	5	5,29	26,45
189	017.009.488	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 75MM.	5	13,72	68,60
190	017.009.489	TÊ PVC BRANCO ESGOTO 100MM.	30	15,05	451,50
191	017.002.108	REDUÇÃO PVC BRANCA 50X40MM.	10	4,11	41,10
192	017.009.335	REDUÇÃO PVC BRANCA 100X75MM.	5	8,50	42,50
193	017.009.468	REDUÇÃO PVC BRANCA 200X100MM.	10	96,89	968,90
194	017.001.487	BARRA CANO 06 METROS MARROM ½.	70	27,27	1.908,90
195	017.001.491	BARRA CANO 06 METROS MARROM ¾.	70	28,34	1.983,80
196	017.001.756	BARRA CANO 06 METROS MARROM 32MM.	25	56,54	1.413,50
197	017.002.386	BARRA CANO 06 METROS MARROM 50MM.	20	78,32	1.566,40
198	017.002.391	BARRA CANO 06 METROS MARROM 60MM.	60	147,16	8.829,60
199	017.009.400	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 40MM.	10	37,12	371,20
200	017.009.816	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 50MM.	10	60,34	603,40
201	017.001.898	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 75MM.	10	85,25	852,50
202	017.002.001	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 100MM.	30	89,39	2.681,70
203	017.002.003	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 150MM.	10	186,88	1.868,80
204	017.001.226	BARRA CANO 06 METROS BRANCO ESGOTO 200MM.	10	399,56	3.995,60
205	017.001.784	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 1".	2	124,81	249,62

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA****R DR BRAULIO A JUNQUEIRA, Nº 795****CNPJ : 45323474/0001-02****Lista com a média dos valores cotados**

Número da Cotação: 00351/26		Data: 06/05/2026	Abertura: 11/05/2026	Encerramento: 11/05/2026	
Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
206	017.002.306	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 2".	2	328,69	657,38
207	017.002.436	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 3".	2	684,74	1.369,48
208	017.009.405	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM LATÃO 4".	2	1.734,58	3.469,16
209	017.009.439	VALVULA DE REGISTRO DE GAVETA COM FALANGE- 8 FUR	2	1.676,68	3.353,36
210	017.009.144	UNIÃO SOLDAVEL MARROM 110MM.	10	522,36	5.223,60
211	017.009.183	VALVULA DE DESCARGA – 1 ½ / DN40 – BAIXA PRESSÃO.	30	178,94	5.368,20
212	017.009.648	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA- BRANCO DE	30	63,41	1.902,30
213	017.009.055	ACABAMENTO PARA VALVULA HIDRA LUXO CR810 CROMA	20	82,06	1.641,20
TOTAL			6.865	17.305,66	205.884,44